



INCLUSÃO NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Daisy Lauren de Souza Adriano¹, Daniella Sangy Horsts², Débora de Oliveira Carneiro³, Phylipe Maurício Salazar⁴, Rychard Fialho de Freitas⁵, Tatiana Vasques Camelo dos Santos⁶.

¹Graduando em Odontologia, UNIFACIG, maferdala@gmail.com

²Graduando em Odontologia, UNIFACIG, daniellashorsts@gmail.com

³Graduando em Odontologia, UNIFACIG, debolicar@gmail.com,

⁴Graduando em Odontologia, UNIFACIG, phylipesalazar80@gmail.com

⁵Graduando em Odontologia, UNIFACIG, rychardfreitas@hotmail.com

⁶Doutora em Enfermagem – UFMG, professora UNIFACIG, tativas@globo.com

Resumo: A oferta de serviços odontológicos na atenção primária teve crescimento nacional e representou redução na mortalidade e aumento na qualidade de vida para a sociedade em geral. No entanto, atualmente ainda existem barreiras de acesso, principalmente voltada para os portadores de necessidades especiais, sendo estas: visuais, auditivas, motoras, orais, genéticas entre outras. É decorrente nos dias atuais, uma grande preocupação, nos âmbitos acadêmico e profissional, incluir os portadores de necessidades especiais, nas práticas de saúde. Tais pacientes, devido à utilização exacerbada de medicamentos, ou outros fatores comórbidos, serem mais susceptíveis a problemas de saúde bucal, carecem de maior atenção. Sendo assim e levando-se em conta os princípios doutrinários do SUS, especialmente ao princípio da equidade, buscamos neste estudo investigar os desafios que os profissionais da odontologia enfrentam para atenderem aos portadores de necessidades especiais quando buscam atendimento. Portanto, pode-se notar através deste estudo, o quão importante é a melhoria no âmbito da saúde para os atendimentos clínicos, principalmente com ênfase aos atendimentos odontológicos aos os pacientes portadores de necessidades especiais, sendo estas melhorias estruturais, comunicativas, e que possam tornar acessíveis para os pacientes. Tendo assim como resultado a reflexão para a inclusão dessa mudança em prol de uma sociedade apta a atender e suprir necessidades de um todo.

Palavras-chave: Equidade em Saúde; ESF; Pessoas com deficiência; Odontologia; Acessibilidade Arquitetônica.

Área do Conhecimento: Ciências da Saúde.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) prescrito na Lei 8.080, garante princípios doutrinários de integralidade, equidade entre outros, desde 1990. No entanto, constata-se diversos desafios para a concretização da lei. As evidências demonstram que a existência formal dos espaços de controle social não garante a participação política (MARTINS *et al.*; 2008). Aliado a isso, segundo GIOVANELLA *et al.* (2008); MENDES *et al.* (2011), existem lacunas assistenciais, financiamento público insuficiente, distribuição inadequada de serviços para concretizar as propostas da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Segundo o IBGE (2018), 6,2% da população tem algum tipo de doença, parcela que muitas vezes não consegue ter acesso direto aos ESFs, devido a falta de formação dos prestadores de serviços, incluindo conhecedores em libras e braile para a comunicação entre profissional e usuário, além da estruturação da unidade para receber os portadores de alguma deficiência física, como rampas e portas com larguras que permitam a livre circulação. É alarmante a falta de conhecimento que muitos profissionais tem para fornecer informações básicas sobre como cuidar de pacientes que possuem alguma deficiência, e onde este deve recorrer quando ocorre algum tipo de urgência. Tais situações são consideradas centrais para a consolidação do Sistema Único de saúde.

Adicionalmente, é aferido um condicionamento de mortalidade 22 vezes maior nas pessoas com deficiência em relação à população brasileira (FALCÃO; FRANÇA *et al.*, 2016), fato esse que

expressa a necessidade da redução de tais desigualdades no campo da saúde coletiva. As práticas de promoção e prevenção compreendidas como atenção primária e fornecidas pela Estratégia de Saúde da Família, despertam algumas dúvidas referente à inclusão de deficientes, já que existem projetos para a introdução desses no meio acadêmico e profissional. E conforme alertam VARELLIS; TOLEDO *et al.*, (2005), as pessoas com deficiência apresentam maior risco para o surgimento de doenças bucais em função do uso sistemático de medicamentos, dificuldades na realização do controle de placas bacterianas e hábitos alimentares precários. Portanto esses pacientes devem receber atenção precoce e cuidados contínuos para prevenir problemas futuros.

No entanto, assim como os impasses referentes à estruturação e formação dos prestadores de saúde no ESFs, o atendimento odontológico nas unidades de saúde mostra-se descontínuo, necessitando de foco administrativo, gerencial e político. As ações de serviço no ESF muitas vezes não condizem com a diretriz do acolhimento de aproximação às reais necessidades dos usuários (TEIXEIRA *et al.*, 2013), embora seja um tema ainda em discussão, e com poucas execuções efetivas de mudanças para a melhoria quali-quantitativa.

Este trabalho tem como ponto principal a análise da atenção voltada para os deficientes, dentro do ESFs incluindo o atendimento odontológico, já que é conferido a eles o direito de equidade e integralidade, e teve como objetivo investigar os desafios que os profissionais da odontologia enfrentam para atenderem aos portadores de necessidades especiais quando estes buscam atendimento.

2 METODOLOGIA

Este trabalho emerge como resultado das metodologias ativas utilizadas durante as aulas da disciplina Saúde e Sociedade, cursada durante o primeiro período do Curso de Odontologia da UNIFACIG. Durante a disciplina os alunos observaram os desafios que os portadores de necessidades especiais possuem. Segundo o Censo Demográfico no Brasil em 2010 somam 23,9% dos cidadãos, ainda segundo a OMS, e que pelo menos 10% das crianças no mundo nascem ou adquirem algum tipo de deficiência física, mental ou sensorial com repercussão negativa no desenvolvimento. Ressalta-se que muitos desses não estão inclusos nos programas governamentais em razão da falta de acessibilidade e profissionalização nesse âmbito.

A partir de tais informações, o grupo decidiu investigar quais seriam os desafios enfrentados pelos profissionais dentistas ao receberem portadores de necessidades especiais para atendimento em suas unidades. Para tanto, foi elaborado um questionário semi-estruturado através do formulário online do google. Após a criação do formulário, o mesmo foi disparado aos cirurgiões dentistas da região.

Foram obtidas 14 respostas de Cirurgiões-Dentistas. Tendo como base os dados obtidos na pesquisa, desenvolveu-se a segunda etapa do trabalho, uma dinâmica propondo uma alternativa para a conscientização voltada para os profissionais com os alunos de odontologia do 1º período da Unifacig – Manhauçu que irão atuar na área odontológica.

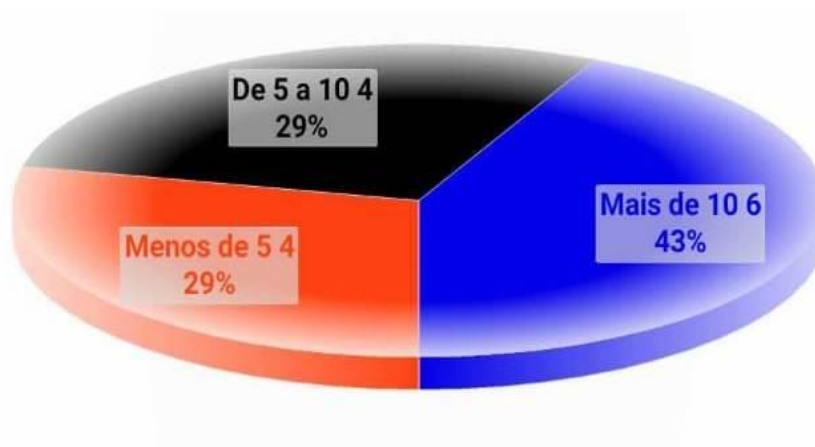
A dinâmica se baseou com 3 alunos apresentando os impasses dos portadores de necessidades especiais, sendo estas, tetraplegia, deficiências auditiva e visual, simulando o atendimento no ESF.

Objetivou-se a compreensão das dificuldades que os portadores de necessidades especiais possuem em seu dia a dia, pela falta de estruturas e formas de acesso, a falta de preparo em redes de atendimento, em edifícios, e até mesmo a sua locomoção nas ruas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto ao tempo de atuação na área da odontologia, os respondentes são Cirurgiões-Dentistas atuantes. Demonstra-se que a maioria dos entrevistados trabalham há mais de dez anos na área (Figura 1).

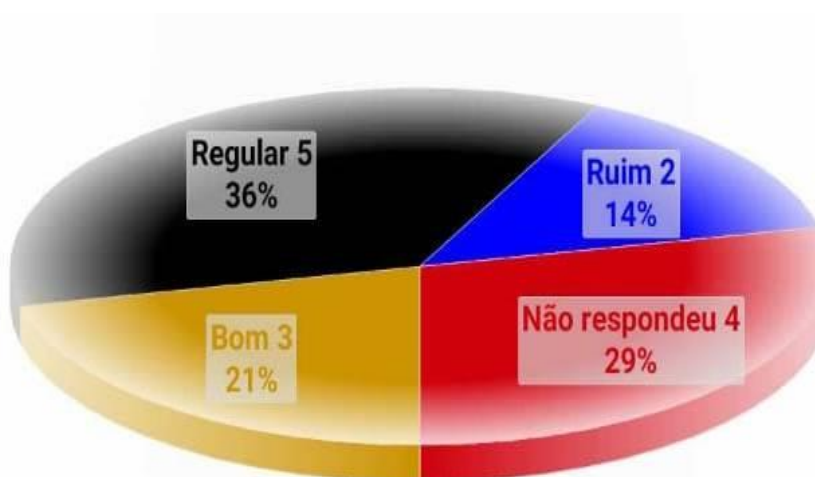
Figura 1-Tempo de atuação na área



Fonte: ADRIANO, 2019.

Quando questionados a respeito das considerações sobre acessibilidade nas unidades de ESF, a maioria dos respondentes (36%), julgou como regular, o que aponta a necessidade de melhorias na infraestrutura das unidades (Figura 2).

Figura 2- Considerações sobre acessibilidade nas unidades de Estratégia de Saúde em Família.



Fonte: ADRIANO, 2019.

Sabe-se, porém, que grande parte das unidades de ESF não se encontram em instalações próprias. Muitas delas funcionam em casas adaptadas, e isso justifica essa dificuldade relacionada à acessibilidade, entendida como as adequações às instalações físicas necessárias ao atendimento. Por fim, 57% dos respondentes da pesquisa já realizaram atendimento a portadores de deficiência física, quanto que 43%, nunca tiveram essa experiência. Esse dado corrobora com os achados da literatura, tendo em vista que se 43% dos entrevistados nunca atenderam portadores de necessidades especiais entende-se que esses usuários, possuem demandas, porém, enfrentam

barreiras para acessar o sistema de saúde e os cuidados odontológicos, na atenção primária em saúde. (Figura 3).

Figura 3- Realização de atendimento a portadores de necessidades especiais.



Fonte: ADRIANO, 2019.

Diante dos dados obtidos, confirmou-se os desafios encontrados para o atendimento dos portadores de necessidades especiais no ESF, carecendo que estes, sejam sanados, a partir de um olhar cauteloso, principalmente governamental, buscando-se melhorias no acesso arquitetônico das unidades de saúde

4 CONCLUSÃO

Este estudo permitiu refletir a respeito dos entraves e desafios vivenciados para o atendimento odontológico aos portadores de necessidades especiais, sobretudo quanto ao cumprimento dos critérios de acessibilidade e infraestrutura das unidades de ESF. A Estratégia de Saúde da Família, quando não possui infraestrutura básica, como rampas, portas largas para a fácil transição de cadeirante, transcrição no chão para direcionar pessoas com necessidades visuais, acaba por criar barreiras na acessibilidade, influenciando a garantia de direitos igualitários no acesso aos serviços de saúde. É um desafio para o Sistema Único de Saúde a ampliação da sua rede física instalada, que atenda às exigências de acessibilidade, como rampas, as escritas em braille, os elevadores, os intérpretes em libras, os caminhos marcados no chão, entre tantos outros para que possa dessa forma haver uma real inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade e nos serviços de saúde.

5 REFERÊNCIAS

AMORIM, E. G; LIBERALI, R; NETA O, M, M. **Avanços e desafios na atenção á saúde de pessoas com deficiência na atenção primária no Brasil:** uma revisão integrativa. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5775>. Acesso em: 14 ago.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRÁFICA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico Brasileiro 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 26 ago.2019.

GIOVANELLA, L.; MENDONÇA, M. H. M. **Atenção Primária à Saúde**. Disponível em: http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/ATENCAO_PRIMARIA_A_SAUDE_ESF_Giovanella_L_Mendonca_MH.pdf. 26 ago.2019

MARTINS, P. C. **Conselhos de Saúde e a Participação Social no Brasil**; Matizes da Utopia. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373312008000100007&script=sci>. Acesso em: 15 jul.2019

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE, DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. **A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0327_M.pdf. Acesso em: 05 jun.2019.

PEREIRA M. L; MADEIRO E; FERREIRA H. S; KRAMER F. P; CONGO B. R. **Atenção odontológica em pacientes**: a experiência do curso de Odontologia da ULBRA. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/sto/v16n31/a11v16n31.pdf>. Acesso em: 26 ago.2019.

PORTARIA SES-DF. **Protocolo de Atenção Primária da Saúde DF**. Disponível em: http://www.protocolo_acesso_em_construcao_pela_GENS-versao_preliminar_16.08.pdf. Acesso em: 05 jun.2019.

VARELLIS, M. L. Z. **O paciente com necessidades especiais na odontologia- Manual Prático**. Disponível em: http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/04/1.-Atendimento_Odontologico_a_Pessoas_com_Deficiencia.pdf. Acesso em 05 jun. 2019